



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
REQUERIMENTO Nº DE 2012
(Do Sr. AMAURI TEIXEIRA)

Requer, conforme o regimento interno da Câmara, a criação, no âmbito desta Comissão, de uma Subcomissão Especial destinada a debater, sugerir mudanças para aperfeiçoar a Lei de Licitações e Compras pelos Órgãos de Saúde Pública.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do artigo nº 29, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a criação de Subcomissão Especial destinada a debater, sugerir mudanças para aperfeiçoar a Lei de Licitações e Compras pelos Órgãos de Saúde Pública.

JUSTIFICAÇÃO

Os gastos com saúde pública no Brasil representa uma grande soma de recursos por parte de todas as esferas de governo, seja no Governo Federal Estadual ou municipal. A lei de licitações em nosso entendimento deve ser ajustada para garantir celeridade e transparência assim como economia nas despesas dos serviços com saúde pública no País.

O papel estratégico que a área de compras vem assumindo nas organizações, de 1990 até os dias de hoje, pouco se falou sobre a estrutura e o processo de compras, bem como o perfil dos profissionais que atuam na área de saúde — compradores ou não. Com o passar do tempo, os processos de compras se tornaram mais complexos e dependentes de atores comprometidos e conscientes do seu papel.

A importância das atividades de compras tem aumentado nos últimos tempos. No caso das instituições públicas ligadas à área de saúde, esse aumento está diretamente associado ao crescimento das despesas e à complexidade dos serviços realizados. Com a adoção das novas práticas de gestão institucional, as organizações públicas tendem a reduzir seus custos internos de manutenção, que aliado à difusão da informação e do conhecimento, pode trazer vantagem competitiva, para garantir a realização dos seus objetivos estratégicos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

No processo formal administrativo de compras são vários os documentos e informações que são anexados constantemente e de forma cronológica, durante a vida útil do processo: autorizações, pedidos, levantamentos, cotações, mapa de preços, despachos, documentos de habilitação, notas de empenho e pagamentos que, conjuntamente, servem para compor todos os passos utilizados para efetuar os procedimentos administrativos necessários para realizar uma compra.

A busca pela melhoria dos processos passa pelo uso sistemático da informação como base, influenciando diretamente a capacidade de se atingir os objetivos pretendidos, tornando-se necessário que se tenha a participação de todos os interessados no processo.

Contudo, os fluxos de informações que determinam os processos administrativos podem apresentar-se de forma truncada e ineficaz, gerando ineficiência e baixa produtividade.

Para tanto cabe, no âmbito desta Comissão de Seguridade Social e de Família a criação de uma Subcomissão Especial destinada a debater e sugerir mudanças para aperfeiçoar a Lei de Licitações e Compras pelos Órgãos de Saúde Pública.

Sala das Sessões, em 21 de março de 2012.

Deputado **AMAURI TEIXEIRA**
PT/BA